



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1- OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objetivo a aquisição de fones de ouvido com microfone (headset), suportes ergonômicos para notebook, adaptadores HDMI/VGA e caixas de som para notebooks/desktops, conforme demanda apontada em consulta às unidades do TRE-ES.

### 2. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DO OBJETO

#### 2.1. Item 01

2.1.1. Código do CATMAT: 484079

2.1.2. Descrição Completa: Suporte para notebook

2.1.3. Quantidade: 16

2.1.4. Características técnicas mínimas:

- Material: Plástico
- Apoio antiderrapante
- Regulagem de inclinação em 2 ou mais níveis
- Adequado para notebooks de 15" até 17"
- Formato: Retangular

#### 2.2. Item 02

2.2.1. Código do CATMAT: 435920

2.2.2. Descrição Completa: adaptadores HDMI/VGA

2.2.3. Quantidade: 100

2.2.4. Características técnicas mínimas:

- Conector HDMI Macho e VGA fêmea;
- Resolução 1080p;
- Sem a necessidade de fonte externa;
- Sem necessidade de drivers;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

### **2.3. Item 03**

2.3.1 Código do CATMAT: 450440

2.3.2 Descrição Completa: CAIXAS DE SOM PARA NOTEBOOK/DESKTOP

2.3.3 Quantidade: 28 pares de caixas de som

2.3.4 Características técnicas mínimas:

- Potência total de saída:  $\text{RMS } 2\text{W} \times 2 = 4\text{W}$
- Relação Sinal/Ruído:  $> 80 \text{ dBA}$
- Tipo de entrada: AUX (conector P2 estéreo) /USB
- Resposta em frequência:  $150 \text{ Hz} \sim 17 \text{ KHz } (+/-5\text{dB})$
- Medida do cabo: 1,20m
- Alimentação USB
- Saída P2 estéreo para fone de ouvido.

### **2.4. Item 04**

2.4.1. Código do CATMAT: 483021

2.4.2. Descrição Completa: Fones de ouvido com microfone (headset)

2.4.3. Quantidade: 240

2.4.4. Características técnicas mínimas:

- Microfone:
  - Ajustável
  - Cancelamento Ativo de ruídos
- Fone de ouvido:
  - Duplo
  - Protetor de ouvido acolchoado com 90mm de diâmetro
  - Cancelamento passivo de ruídos
  - Ajustável
  - Alça de apoio sobre a cabeça
- Certificado para uso com Microsoft Teams
- Conectividade: Bluetooth ou USB (cabo de 150cm de comprimento mínimo)

2.4.5 Reserva de Cota

A licitação para esse item será realizada com RESERVA DE COTA, equivalente a 60 unidades (25% do total), para microempresa (ME) e empresa



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

de pequeno porte (EPP), em atendimento a determinação do artigo 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006 e conforme previsto no Decreto nº 8.538/2015.

- **Cota principal: 180 UNIDADES** - poderão participar todos os interessados, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte.
- **Cota reservada: 60 UNIDADES** - poderão participar, EXCLUSIVAMENTE, microempresas e empresas de pequeno porte.

## 2.5 - Instalação

Os equipamentos serão instalados pela equipe técnica/servidores do próprio Tribunal.

## 2.6 - Garantia

Os equipamentos deverão possuir, no mínimo, 12 meses de garantia balcão, conforme Código de Defesa do Consumidor.

# 3. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

## 3.1- Da motivação:

Conforme levantamento de necessidades realizado via formulário online, disponibilizado em janeiro de 2022, junto aos servidores do TRE-ES, verificamos a demanda de aquisição dos itens elencados no item 2 acima, para garantia de melhores condições de trabalho e produtividade dos servidores deste Egrégio Tribunal.

## 3.2 - Do objetivo:

Prover melhoria contínua dos equipamentos de TIC e da produtividade durante reuniões e outras atividades de trabalho remoto.

# 4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

## 4.1 - Local de Entrega e Instalação:

O local de entrega será na Seção de Almoxarifado e Patrimônio deste Tribunal, localizado no seu edifício-sede, no horário das 13h às 18h, de segunda à sexta-feira, sem que isso implique em acréscimo no preço constante da Ata da Sessão Pública.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

#### **4.2 - Prazo de Entrega**

Entregar o material no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho;

Constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo máximo de entrega, ou a partir da data do recebimento, pelo licitante vencedor, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem seja mais favorável ao licitante vencedor.

#### **4.3. Recebimento do Objeto**

##### **Recebimento Provisório:**

No ato da entrega os equipamentos serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.

Devem ser observados os passos a seguir:

- Verificar se efetivamente o quantitativo está correto;
- Verificar se não há avarias no material;
- Conferir se a Nota fiscal está em conformidade com o empenho/contrato;
- Verificar se os dados da Nota fiscal estão corretos;
- Assinar e datar a Nota Fiscal para concluir o recebimento provisório.

**Recebimento Definitivo:** Para o recebimento definitivo, será avaliado se os materiais estão em conformidade com todos os requisitos definidos no Edital.

O recebimento definitivo dar-se-á em um prazo máximo de 5 dias úteis após o recebimento provisório, com o atesto do documento fiscal.

#### **5. Da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais):**

5.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

5.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

## 6. MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

### 6.1. Sanções aplicáveis

**6.1.1.** O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho (ou a recusa em aceitá-la), ou para a assinatura do contrato, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de contratar com a UNIÃO pelo período de até 5 (cinco) anos;

**6.1.2.** Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o licitante que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas no art. 49 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, e, ainda, às seguintes penalidades:

<b>Descumprimento</b>	<b>Percentual de multa diária</b>	<b>Limite de dias</b>	<b>Percentual total da multa</b>	<b>Valor de incidência da multa</b>
a) Atraso de entrega	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
b) Atraso na substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
c) Prazo excepcional de entrega ou substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
d) Inexecução total ou parcial	----		30%	Objeto inexecutado
e) Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	----		0,5%	Total do contrato/empenho

**6.1.3.** O atraso superior a 20 (vinte) dias, na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação.

**6.1.4.** Excepcionalmente, após esse prazo, e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o material poderá ser recebido, em uma única ocorrência (na entrega ou na substituição), no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se o licitante vencedor à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento).

**6.1.5.** A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

**6.1.6.** A aplicação das multas previstas não exime o licitante de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**6.1.7.** Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao adjudicatário ou cobrados judicialmente.

**6.1.8.** As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF, em conformidade com as disposições do parágrafo único do art. 28 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

**6.1.9.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicado/contratado, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

**6.1.10.** A contagem do prazo estabelecido no subitem 6.1.3. inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto adjudicado, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pelo licitante, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do material.

**6.1.11.** A contagem do prazo estabelecido no subitem 6.1.4. inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido no subitem 6.1.2, alíneas “a” e “b”, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

## **7. PAGAMENTO**

### **7.1. Prazo de pagamento**

O objeto entregue pelo licitante vencedor será pago após a apresentação do respectivo documento fiscal, mediante depósito bancário em conta corrente. Não havendo nenhum fator impeditivo provocado pela contratada, a Contratante providenciará a emissão da ordem bancária até o 5º (quinto) dia útil após o atesto do documento fiscal pelo servidor ou equipe gestora responsável.

### **7.2. Condições para pagamento**

**7.2.1.** Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo fiscal do contrato e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras.

**7.2.2.** A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

## 8. DO VALOR ESTIMADO

Item	Valor Total Estimado do item (R\$)
01	871,36
02	3.072,00
03	4.960,20
04	99.878,40

## 9. DAS VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO:

### 9.1. Não poderão ser contratadas para execução do objeto deste TR:

**9.1.1.** Empresas que possuam em seu quadro, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/ES, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores;

**9.1.2.** Empresas que possuam em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores;

**9.1.3.** A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores da incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

**9.1.4.** Havendo alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie o disposto na Resolução CNJ Nº 07/2005, essa deverá ser imediatamente comunicada a este Tribunal para as providências julgadas cabíveis;

**9.1.5.** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE-ES, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**9.1.6.** De acordo com o Acórdão do TCU nº 797/2011 – Plenário, em ocorrendo as hipóteses de que tratam os arts. 17, inciso XII, e 30, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, é vedada ao licitante, optante do Simples Nacional, a utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado na proposta de preços e na execução contratual (com relação ao recolhimento de tributos); e em caso de contratação, a licitante vencedora estará sujeita à exclusão obrigatória desse regime tributário diferenciado a contar do mês seguinte ao da assinatura do contrato, nos termos do art. 31, inciso II, da referida lei complementar.

## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

10.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio atesta estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas neste documento, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

Em 19 de outubro de 2022.

**MARIO CONCEICAO SILVA**

Técnico Judiciário